

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-EA: CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL
Ata da 122ª Reunião Ordinária da CT-EA – 06/12/2023- 09:30 horas
Instituto IPÊ – Nazaré Paulista/SP

Membros presentes	
Entidade	Representante
APTA Polo Sul	José Roberto Ferreira (S)
APTA/SAA	Adriana Sacioto Marcantonio (T)
ASSEMAE	Ana Lúcia Floriano Rosa Vieira (T)
	José Geraldo Ferreira (S)
Associação Ambiental Plantar	Genaro Santos do Lago (S)
	João José Assumpção de Abreu Demarchi (S)
Casa do Amor Fraternal	Amarildo dos Santos (T)
	Rosimeire Aparecida de Oliveira (S)
DAE Jundiá	Danilo Resende de Moraes (T)
Diretoria de Ensino de Bragança Paulista	Vanessa Toledo Sette (T)
Elo Ambiental	Rosângela A. Martins Nogueira Grigolletto (T)
IPÊ	Andrea Pupo Bartazini (T)
P.M. de Bragança Paulista	Carolina Marques Suppioni Bertelli (T)
	Paula Trambaiolo Lima (S)
P.M. de Hortolândia	Paulo José Mancuso (S)
P.M. de Jaguariúna	Maria Teresa de Toledo Lima (S)
P.M. de Limeira	Adriana Cristina Müller Del Mondo (T)
	Maicon Diego Grelia (S)
P.M. de Paulínia	Nara Cristina Chiarini Pena Barbosa (T)
P.M. de Piracicaba	Láís Ferraz de Camargo (T)
	Kelly Monaco Coletti (S)
P.M. de Várzea Paulista	Rafael Tamberlini (T)
SAAE Atibaia	Tiago Gomes (S)
SABESP	Julio Cesar do A. Cortinole (T)
SANASA	Ana Lúcia Floriano Rosa Vieira (T)
	José Geraldo Ferreira (S)
SANEBAVI	Ana Paula Saraiva Nicésio (T)
	Mara Letelien Leite Reis (S)
	Mariana Carolina Rossi de Andrade (S)
Sec. de Educação de Vinhedo	Rosângela Ap. Martins Nogueira Grigolletto (S)
SEMIL/CFB	Júlia Carolina Fatuch (T)
SIMBiOSE	Daniela Fujiwara (T)

Membros ausentes com justificativa	
Entidade	
AEEAV	
BRK Ambiental Limeira	
Consórcio PCJ	

Membros ausentes	
Entidades	

CATI
CIS
Consórcio Pirai
DAAE Rio Claro
DAE Americana
DAE Santa Bárbara d'Oeste
Diretoria de Ensino Campinas Oeste
Diretoria de Ensino de Mogi Mirim
Diretoria de Ensino de Piracicaba
Embrapa
INEVAT
Instituto Agir Ambiental
IPA
IPSA-C
Jaguatibaia
P.M. de Campinas
P.M. de Campo Limpo Paulista
P.M. de Iracemópolis
P.M. de Itatiba
P.M. de Itupeva
P.M. de Louveira
P.M. de Rio Claro
P.M. de Torrinha
P.M. de Vinhedo
SAA
UNICA

Demais presentes	
Entidade	Representantes
Agência das Bacias PCJ	Aline Sebuske
	Daniela Cunha
	Diego Soares
	Kaique Barretto
	Katia Gotardi
Rebeca Silva	
P.M. de Hortolândia	Marcio Cruz de Oliveira
P.M. de Nazaré Paulista	Pedro Lopes Lucas de Amorim
P.M. de Piracicaba	Larissa Aparecida Gonçalves
SANASA	Milca Saraiva
Sec. De Educação de Piracicaba	Keyla C. Boralli Benati
S.M.E Bragança Paulista	Wagner Jacomelli

(T) - Titular (S) - Suplente (R) - Representante

Aos seis dias do mês de dezembro de 2023, realizou-se, nas dependências do IPÊ - Instituto de Pesquisas Ecológicas, na cidade de Nazaré Paulista/SP, a 122ª

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-EA: CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL Ata da 122ª Reunião Ordinária da CT-EA – 06/12/2023- 09:30 horas Instituto IPÊ – Nazaré Paulista/SP

Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Educação Ambiental (CT-EA) dos Comitês PCJ. **1. Pauta:** A pauta e a convocação da reunião foram enviadas aos membros por meio de mensagem eletrônica no dia 29 de novembro de 2023. **2. Abertura:** A abertura foi realizada pela coordenadora da CT-EA, a Sra. Ana Lúcia Floriano Rosa Vieira, representante da Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (ASSEMAE) e da Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento (SANASA), que agradeceu a presença de todos e informou a existência de Quórum em segunda chamada (acima de 33%) para o início da reunião. **3. Aprovação da minuta de ata da 121ª Reunião Ordinária, realizada em 17/10/2023:** A Sra. Ana Lúcia, informou que foi enviado aos membros, por mensagem eletrônica junto da convocação, conforme prazo regimental, a minuta de ata da 121ª Reunião Ordinária, realizada em 17/10/23, por videoconferência. Na sequência, questionou a necessidade de leitura, sendo dispensada por todos. A Sra. Ana Lúcia reiterou aos membros a importância da leitura prévia das atas e demais materiais da reunião, enviados previamente junto da convocação. Não havendo outras manifestações, submeteu aos membros para aprovação, sendo aprovada por unanimidade a minuta de ata da 121ª Reunião Ordinária da CT-EA. **4. Apresentação do município anfitrião: Nazaré Paulista/SP (IPÊ - Instituto de Pesquisas Ecológicas):** A Sra. Ana Lúcia, explicou aos presentes a respeito deste item de pauta, frisando a importância de se conhecer os municípios, instituições e iniciativas pertencentes às Bacias PCJ e que através do município anfitrião é possível viabilizar este conhecimento aos membros. A seguir, passou a palavra para a Sra. Andrea Pupo Bartazini, representante do IPÊ – Instituto de Pesquisas Ecológicas, que agradeceu a presença de todos e iniciou sua apresentação informando que o instituto é uma organização da sociedade civil, e tem como missão a conservação da biodiversidade brasileira através da pesquisa científica, da educação e de negócios sustentáveis. Comentou sobre a importância da sala onde a reunião estava acontecendo, sendo essa, uma sala onde acontecem as principais reuniões do Instituto, as reuniões das Câmaras Técnicas, e também onde são oferecidas as aulas da Escola Superior de Conservação Ambiental e Sustentabilidade - [ESCAS](#), do Instituto IPÊ, com oferecimento de cursos em diversas modalidades: especialização, mestrado, cursos de curta duração, e convênio com Universidades internacionais. Informou que

o IPÊ está com 31(trinta e um) anos de existência, e que não possui nenhum vínculo com o governo, seja municipal, estadual ou federal, e que apesar da sede estar em Nazaré Paulista/SP, o Instituto possui projetos em diversas regiões do Brasil, como: Pontal do Paranapanema, Amazônia, Mato Grosso do Sul, Bahia e Espírito Santo. Apresentou um pouco sobre a sede e os espaços pertencentes a ela (salas, estacionamento, refeitório, loja e alojamento). Em seguida, convidou os presentes para participarem, no período da tarde, do terceiro dia do curso de meliponicultura (criação de abelhas sem ferrão), no qual, o professor Cristiano Menezes, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) – Jaguariúna/SP, falaria um pouquinho sobre educação ambiental envolvendo as abelhas nativas. A Sra. Andrea, comentou ainda, sobre o evento I COP do Clima Local, realizada em novembro na sede do IPÊ, reunindo coletivos socioambientais de cinco escolas de Nazaré Paulista/SP, que compartilharam aprendizados e aprofundaram conhecimentos sobre questões climáticas. Finalizou sua apresentação agradecendo a todos pela presença e ficou à disposição para perguntas e questionamentos. **5. Apresentação Fundo para Educação Ambiental - Genaro Santos do Lago (Associação Ambiental Plantar):** Dando seguimento, a Sra. Ana Lúcia passou a palavra para o Sr. Genaro Santos do Lago, representante da Associação Ambiental Plantar (AAP), para apresentação da proposta de criação de um Fundo específico para Educação Ambiental. O Sr. Genaro iniciou sua apresentação explicando que a [Associação Ambiental Plantar](#) é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), criada para servir de apoio a projetos e ações de seus próprios associados e amparar outros projetos que se alinhem com os seus interesses, informou também, que a associação pode ser instrumento de renúncia fiscal pelas empresas. O Sr. Genaro explicou que o Estatuto da associação está em pleno acordo com o que define e pedem as Leis [9.790/99](#) e [13.204/2015](#), assim como a Lei [5.172/1966](#), no que diz respeito à imunidade tributária e que a ideia da criação do fundo é servir de instrumento para a CT- EA e uma vez criado, possa servir de modelo e ser reproduzido em qualquer lugar. Em seguida, comentou um pouco sobre o desconhecimento com relação às leis e funcionamento da renúncia fiscal, falou sobre a dificuldade em obtenção de recursos e em seguida explicou a proposta da Associação: **i.** criação de um fundo específico para Educação Ambiental, a ser

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-EA: CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL Ata da 122ª Reunião Ordinária da CT-EA – 06/12/2023- 09:30 horas Instituto IPÊ – Nazaré Paulista/SP

alimentado e fomentado, com recursos privados, através da renúncia fiscal, conforme o indicado nas leis citadas; **ii.** articular e buscar todo recurso possível junto às empresas situadas em todos os municípios da região das Bacias PCJ; **iii.** buscar alinhamento junto ao Ministério Público, de maneira que recursos oriundos de multas ambientais também sejam direcionados a este Fundo; e **vi.** estender e interagir, no âmbito da Educação Ambiental, as ações aqui realizadas com outras regiões, de outras bacias. A seguir, explicou que a proposta de uso dos recursos adquiridos, tem como principal objetivo, apoiar projetos e programas em consonância com a temática de educação ambiental. Comentou sobre a metodologia a ser utilizada e explicou que a gestão deste Fundo tem que, impreterivelmente, ser realizada através de uma OSCIP de natureza ambiental, ou outra criada com finalidade específica, com um Estatuto adequado às exigências legais. Assim sendo, a Associação Ambiental Plantar, apresenta a proposta, como instrumento para viabilizar a criação deste meio de captação e aplicação de recursos, cujas formas de captação e aplicação dos mesmos se dará através de regras a serem definidas por equipe de atores interessados que constituirão Grupo Gestor do fundo com a participação da Associação Ambiental Plantar (AAP) e que a equipe gestora irá definir um plano de trabalho pela busca dos recursos. Comentou que a APA contará com a assessoria jurídica e contábil do [Instituto Verum](#) e ao final, explicou que a proposta feita durante a reunião é uma ideia, uma minuta, que qualquer pessoa que queira, poderá contribuir, discutir, ampliar ou aprofundar e então, abriu espaço para dúvidas e manifestações. Algumas dúvidas surgiram, e as principais, foram com relação a qual seria o papel da CT-EA neste fundo de educação ambiental e como, quem e de que forma seria realizada a administração do recurso advindo das empresas privadas. O Sr. Genaro, comentou que a ideia, na proposta inicial, seria de um trabalho conjunto, onde a Associação Ambiental Plantar, realizaria toda a mobilização e busca ativa por recursos e a gestão financeira e de tomadas de decisões seria realizada pela CT-EA. Encerradas as apresentações foi aberto um espaço aos membros para manifestações, em que se questionou como seria viabilizada a proposta e como se daria a participação da CT-EA, dentre outros pontos. A Sra. Rebeca Silva, da equipe de apoio da Secretaria Executiva, dos Comitês PCJ (SE/PCJ), solicitou a palavra para esclarecer alguns pontos, visto que houve algumas mudanças entre a proposta inicial e a proposta enviada aos

membros da CT-EA, a qual foi previamente aprovada pela SE/PCJ. A Sra. Rebeca, esclareceu que as Câmaras Técnicas são um espaço consultivo de decisão e as relações e parcerias realizadas entre entidades externas e principalmente que envolvam recursos financeiros são realizados pelo plenário dos Comitês PCJ e não pela câmara técnica. As entidades e empresas, podem tomar os documentos bases (ex: Política de Educação Ambiental dos Comitês PCJ, Caderno Temático de Educação Ambiental, Integração e Difusão de Pesquisas e Tecnologias) para poderem fazer ações de melhorias nas Bacias PCJ, atendendo o que preconiza o Plano de Bacias PCJ 2020-2035, não sendo necessariamente vinculados à CT-EA, mas sim tendo os documentos aprovados pelos Comitês como base para que outras empresas, entidades ou iniciativas possam nascer e propor ações, iniciativas e projetos que sejam voltados para as Bacias PCJ, porém, esta não é uma atribuição da CT-EA, mas sim um objetivo de Educação Ambiental para as Bacias PCJ. Neste sentido, podem ser trazidas para CT-EA propostas e iniciativas, e sendo este um espaço de discussão, aqueles que tiverem interesse aderem à essas iniciativas. Desta forma, o fundo a ser criado pela AAP poderá ter a participação de membros da CT-EA, mas não será gerido pela mesma, não sendo um fundo dos Comitês PCJ ou da CT-EA. Concluindo, a Sra. Rebeca, explicou que aqueles que tiverem interesse, deverão procurar diretamente o Sr. Genaro ou a Associação Ambiental Plantar para organizar um grupo gestor para o fundo. O espaço cedido pela CT-EA é um espaço que foi aberto para a divulgação da proposta. Acrescentou ainda, que os Comitês PCJ e a SE/PCJ estão dispostos a dar apoio técnico e institucional, porém não farão parte da gestão. Para finalizar este item de pauta, o Sr. Genaro, reiterou que a proposta apresentada é uma ideia, e que a AAP se coloca como instrumento para viabilizar este fundo, ficando à disposição de todos para esclarecimentos. **6. Plano de Trabalho Anual (PTA) 2024 da Coordenação de Gestão contemplando as ações em Educação Ambiental da Agência das Bacias PCJ:** Dando seguimento aos itens de pauta, a Sra. Kátia Gotardi, da Coordenação de Gestão da Agência das Bacias PCJ, iniciou sua fala, explicando que a revisão do atual Plano das Bacias PCJ, teve seu início com a construção dos cadernos temáticos, visto que a visão dos cadernos, seria a visão das Câmaras Técnicas olhando para a gestão dos recursos hídricos das Bacias PCJ, em que se basearia o relatório final. Comentou que houve diversas oficinas

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-EA: CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL Ata da 122ª Reunião Ordinária da CT-EA – 06/12/2023- 09:30 horas Instituto IPÊ – Nazaré Paulista/SP

para se decidir quais eram as ações que deveriam ser previstas no plano de bacias, para que os recursos provenientes da cobrança pelo uso da água, pudessem ser investidos nestas ações, porém, complementou que não há recurso financeiro para amparar todas as ações previstas. Deste modo, a Sra. Kátia explicou que hoje, após ser discutido a construção dos cadernos temáticos, a revisão do Plano de Bacias - aprovado em 2020, se decidiu por apresentar as ações previstas e as ações priorizadas. Destacou que a escolha da priorização, contou com a participação dos membros da CT, e que caso os atuais membros não tenham participado na época, ainda terão a oportunidade, visto que, embora o plano de bacias tenha um horizonte de atuação de longo prazo (até 2035), há revisões periódicas, sendo que a próxima ocorrerá no final de 2025, início de 2026. Explicou de onde provém os recursos financeiros e como ele é gerido dentro da Agência das Bacias PCJ, sobre o plano de aplicação plurianual, que dita as regras de como investir os recursos da cobrança federal, sobre a política de educação ambiental, e reiterou a importância e necessidade de que o Plano de Bacias se torne um instrumento conhecido, para que se tenha ciência dos diagnósticos, prognósticos e os planos de ações que ele apresenta. A seguir, explicou que apresentaria as 12 (doze) ações previstas que constam no Caderno Temático de Educação Ambiental, Integração e Difusão de Pesquisas e Tecnologias, destacando as ações priorizadas. Em seguida, iniciou sua apresentação, explicou que a Coordenação de Gestão é composta por três áreas: **i.** Contrato de Gestão ANA; **ii.** Sustentabilidade Corporativa e **iii.** Educação Ambiental e que o papel da coordenação é implementar as ações do caderno temático. Seguiu, explicando que as ações priorizadas no Caderno Temático de Educação Ambiental, Integração e Difusão de Pesquisas e Tecnologias, foram transformadas em eixos, sendo: **i.** Fortalecimento institucional, planejamento e gestão de recursos hídricos; **ii.** Comunicação institucional dos Comitês PCJ e difusão de pesquisas e tecnologias em recursos hídricos; **iii.** Capacitação técnica relacionada ao planejamento e com a gestão dos recursos hídricos e **iv.** Educação ambiental voltada à conservação dos recursos hídricos em áreas rurais e áreas protegidas. Dos 4 eixos, foram criados 6 programas, e cada programa contém ações classificadas em prioridades muito alta, alta, média, baixa e muito baixa, indicando quais terão prioridade na implementação. A seguir, apresentou as ações de cada eixo e seus níveis de priorização, focando naquelas com

prioridade muito alta. São elas: do eixo 1: (1.1.1.) Elaboração e execução de um Plano de Comunicação para o fortalecimento da comunicação entre a sociedade civil e os Comitês PCJ; do eixo 2: (2.1.2.) Realização de processos formativos e campanhas educativas sobre a realidade das Bacias PCJ; do eixo 3: (3.1.1.) Processos formativos de representantes dos poderes legislativo, executivo, judiciário e líderes comunitários sobre a realidade socioambiental das Bacias PCJ e as prioridades do Plano de Bacias; (3.1.2.) Elaboração de um Plano de Capacitação Técnica e realização de processos formativos nas áreas de atuação das Câmaras Técnicas; e do eixo 4: (4.1.1.) Construção de propostas para a recuperação, conservação e proteção dos recursos hídricos em áreas rurais. A seguir, a Sra. Kátia explicou que as ações apresentadas se referem ao plano anual para o ano de 2024, e que a meta é dar andamento a todas elas. Complementou que foi criado um Grupo de Acompanhamento de Educação Ambiental (GA EA – Agência das Bacias PCJ), o qual difere dos Grupos de Trabalho (GTs) das CTs, pois é organizado e monitorado no âmbito da Agência das Bacias PCJ. Neste caso, pela Coordenação de Gestão da Agência das Bacias PCJ, pela Analista Técnica em Educação Ambiental, Srta. Daniela Tornisiello e com a participação da coordenação da CT-EA e coordenadores dos GT's da CT-EA. O grupo, a princípio, tem a intenção de informar e explicar sobre cada uma das etapas do planejamento de cada uma das ações a ser realizada. A Sra. Kátia apresentou um exemplo das etapas a serem seguidas, que conta com processos internos e externos para contratação ou implementação das Ações 2024. As manifestações dos membros foram sendo esclarecidas pela Sra. Kátia durante a apresentação. Ao finalizar, a Sra. Kátia informou que 1ª reunião do Grupo de Acompanhamento de Educação Ambiental (GA-EA), terá sua primeira reunião em 18/01/24 – das 9h às 12h. A Sra. Ana Lúcia, agradeceu a apresentação e deu sequência a pauta. **7. Apresentação "Educatrilha na Escola" - Laís Ferraz de Camargo (P.M. de Piracicaba):** A Sra. Ana Lúcia, agradeceu a presença e passou a palavra para a Sra. Laís Ferraz, representante da Prefeitura Municipal de Piracicaba, a qual se apresentou e comentou que falaria sobre o projeto "Educatrilha na Escola", os resultados deste ano como uma iniciativa de Educação Ambiental, e o processo de formação de educadores/professores da rede pública e privada da educação básica da cidade de Piracicaba/SP. A seguir, explicou que o Educatrilha na

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-EA: CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL Ata da 122ª Reunião Ordinária da CT-EA – 06/12/2023- 09:30 horas Instituto IPÊ – Nazaré Paulista/SP

Escola, é um programa de formação de professores e um concurso de projetos. Conta com 02 (dois) grandes patrocinadores e uma infinidade de instituições apoiadoras. A coordenação do programa é realizada pela Fundação Florestal, o Instituto de Pesquisas Ambientais (IPA) em Piracicaba (Estação Experimental do Horto de Tupi), a Prefeitura de Piracicaba, por meio da Secretaria de Meio Ambiente e a Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" (Esalq) por meio da Oca - Laboratório de Educação e Política Ambiental (Oca/ESALQ/USP). Seguiu explicando que o Educatrilha é um programa de educação ambiental, cultural e de promoção de saúde e bem-estar, o qual conta com encontros formativos e de tutoria (para assessorar e ajudar os professores nos projetos desenvolvidos na escola e que concorrerão ao concurso no final do processo formativo), visitas escolares ao Horto de Tupi, projetos educativos nas escolas, e que o prêmio é uma viagem pedagógica a uma área protegida escolhida pelos participantes. Seguiu apresentando os objetivos do programa: **i.** o envolvimento de diversos atores sociais na construção participativa; **ii.** valorização e desenvolvimento do protagonismo sênior; **iii.** processos críticos, reflexivos, participativos, contínuos e permanentes de EA, cultura saúde e bem-estar; **iv.** visitas escolares ao Horto participativas e integradas e **v.** ser um projeto de referência para a construção de políticas públicas de EA inovadoras. Explicou que o Educatrilha é especial, pois, através dele ocorre a integração entre Estado, Município, Universidade, Sociedade Civil e Setor Privado, sendo um processo formativo de professores diferenciado, com metodologias ativas e prêmio educativo e vivencial – livre e coletivo, onde cada escola define seu projeto a partir do diagnóstico socioambiental e cultural da escola e do entorno, o programa tem ainda relação com a pesquisa científica, tendo nascido a partir de uma tese de mestrado. A Seguir a Sra. Laís apresentou os resultados obtidos no ano de 2023, citando que houve 11 (onze) encontros formativos, 3 (três) encontros de tutoria e algumas visitas ao Horto. Em seguida, explicou como as escolas vencedoras são escolhidas e apresentou, através de alguns indicadores, como o programa cresceu no ano de 2023, com 29 (vinte e nove) escolas participantes e mais de 14.000 (catorze mil) pessoas beneficiadas. Frisou ainda, que o projeto está em busca de novos patrocinadores, para que possa crescer ainda mais. Finalizando sua apresentação, a Sra. Laís, comentou sobre algumas novidades para o ano de 2024, convidou aos presentes para

acessarem o [site](#) do programa, onde poderão obter mais informações, agradeceu e se colocou à disposição para sanar as dúvidas. **8. Evento Jovem vem para o PCJ:** Dando sequência, a Sra. Ana Lúcia passou a palavra para a coordenadora do Grupo de Trabalho de Educomunicação (GT-Educom), Sra. Rosângela A. Martins Nogueira Grigolletto, representante da Elo Ambiental e da Secretaria de Educação de Vinhedo. A Sra. Rosângela iniciou sua fala, comentando a respeito da mudança de data do evento, o qual foi alterado, devido a algumas intercorrências, de novembro/2023 para o dia 13/03/2024. Explicou que a escolha visou a data mais breve possível, correspondendo a uma data em que os mediadores das oficinas poderão estar presentes (foram citados: Samyr Mariano, do Coletivo AMA/CBH-Baía da Ilha Grande; Nathalia do Engajamundo, Witan da Silva, do Jovens Profissionais de Saneamento e Erley Bispo, do Águas Resilientes). Em seguida explicou que os jovens escolhidos, mesmo sendo de áreas que não pertencem as Bacias PCJ, são jovens que já tiveram contato com os Comitês PCJ, que trabalham com a problemática água e a ideia de trazê-los é que eles consigam fazer com que os nossos jovens se engajem e tenham vontade de vir para o PCJ. Seguiu apresentando o formato pensado para o evento, tendo, a princípio se pensado em um auditório com capacidade para 100 (cem) pessoas e 3 (três) salas para divisão em oficinas, que serão mediadas pelos jovens citados anteriormente e acompanhados por jovens das Agências das Bacia PCJ. A Sra. Rosângela, complementou ainda, que a organização precisa estar com o evento formatado até o dia 13/12/2023, prazo que a Secretaria Executiva (SE/PCJ) concedeu à organização para entregar o formulário de evento preenchido. Dito isto, explicou que houve um imprevisto com o local pensado anteriormente (Auditório da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp-Campinas)), e solicitou aos presentes, indicações de locais para realização do evento. Foi aberto um período de manifestação, em que houve algumas indicações de locais pelos membros, que ficaram de verificar a disponibilidade para reserva. A Sra. Rosângela reiterou sobre a data limite para fechamento do local e solicitou apoio aos membros para escolha dos temas das oficinas, sendo o principal objetivo tratar temas que sejam atraentes aos jovens. Em seguida, a Sra. Ana Lucia, solicitou a palavra e reforçou que este evento, além de abrir as portas para atrair novos jovens, tem a importância e o foco de atrair jovens que já estejam dentro das instituições, já tenham uma trajetória e

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-EA: CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL
Ata da 122ª Reunião Ordinária da CT-EA – 06/12/2023- 09:30 horas
Instituto IPÊ – Nazaré Paulista/SP

possam ir se envolvendo, para que futuramente sejam sucessores dentro do sistema. **9. Aprovação de novo membro:** A seguir, a Sra. Rebeca, explicou que em atendimento ao Regimento Geral das Câmaras Técnicas, aprovado por meio da Deliberação dos Comitês PCJ nº [362/21](#), de 30/03/2021, entidades podem ingressar como membro a qualquer momento nas Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ bastando para isso seu ingresso ser apreciado e aprovado pelos demais membros da CT-EA, quando a solicitação ocorrer fora do período de renovação das Câmaras Técnicas. Em seguida, a Sra. Rebeca informou sobre o recebimento de ofício pela Secretaria Executiva, em 09/11/23, solicitando a inclusão da Associação Ambientalista Copafba, tendo como seus representantes a Sra. Tatiana Terasin de Lima, como titular e a Sra. Camila Conti, como suplente. Dessa forma, a Sra. Ana Lucia submeteu aos membros a inclusão da entidade para aprovação, sendo aprovada por unanimidade. **10. Informes:** Na sequência, passou para os informes. **10.1. da Coordenação:** **a.** A Sra. Ana Lúcia informou que a Política de Educação Ambiental dos Comitês PCJ está passando por um processo de revisão e reforçou o pedido de contribuições através do *link* do *Google Drive* disponibilizado para os membros. A aprovação no âmbito da CT-EA, ficou prevista para fevereiro/2024, o qual seguirá os demais trâmites institucionais até sua aprovação como deliberação pelos plenários; **b.** A Sra. Ana Lúcia, também informou que nas próximas reuniões, haverá pautas a respeito do Plano de Trabalho do Biênio 2023-2025, para que seja analisado o que já foi feito e o que ainda falta fazer, a fim dos trabalhos estarem sempre alinhados ao Plano e que sejam cumpridos todos os compromissos assumidos pela gestão deste biênio; **10.2. dos Membros:** O Sr. Danilo Resende de Moraes, representante da DAE Jundiáí, informou a todos, que como prometido na última reunião, fez um compilado de falas, tanto das oficinas, como das palestras do Diálogo Interbacias, evento do qual participou. Comentou sobre algumas falas e acrescentou que disponibilizará a todos os membros da CT. **10.3. da Secretaria Executiva:** A Sra. Rebeca Silva, devido ao avançar da hora, informou que seriam apresentados alguns dos informes da SE/PCJ, considerados de maior relevância para a presente reunião, sendo posteriormente enviados, através de mensagem eletrônica os informes da SE/PCJ completos. **a) Alteração dos representantes dos membros:** informou que entre a última reunião da CT-EA e essa, a SE/PCJ recebeu a

solicitação de alteração de representantes dos membros: **i. Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (ASSEMAE) e Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento (SANASA):** desligamento do Sr. Luis Antônio dos Santos (suplente) e inclusão do Sr. Wellington Cabral João para representante suplente. **ii. Diretoria de Ensino de Piracicaba:** desligamento do Sr. Samuel Zanatta (titular). Como trata-se de alterações de entidades que já fazem parte da CT-EA, é passado aos membros como informe apenas para ciência; **b) Apresentação equipe da SE-PCJ:** a Sra. Rebeca comunicou que diante da saída do Sr. André Navarro do cargo de Secretário Executivo do CBH-PCJ e PCJ FEDERAL, o Sr. Denis Herrison da Silva foi indicado para ocupar essa função, sendo a formalização dessa alteração a ser realizada, no dia seguinte, 07/12/2023, na 30ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ (CBH-PCJ, PCJ FEDERAL e CBH-PJ1), em Jaguariúna/SP. Foi informado que permanece a Sra. Caroline Túbero Bacchin, como Secretária Executiva-Adjunta do CBH-PCJ e o Sr. Damião Aparecido do Couto no papel de Secretário Executivo do CBH-PJ1. A Sra. Rebeca, informou que a equipe da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ está sob a gerência da Sra. Vanessa Longato, sendo essa coordenação constituída nas seguintes frentes de trabalhos: **i.** Equipe Técnica: formada pelos Srs. Douglas Brunelli e Tiago Georgette como assessores técnicos e as Sras. Nicolle Costa, Raquel Quirino e o Sr. Gabriel Sobreira como analistas técnicos; **ii.** Equipe Administrativa: composta pela Sra. Thamiris Cardoso e o Sr. Luiz Paulo Colassio como analistas administrativos e a Sra. Nathalia Corá na posição de estagiária; **iii.** Equipe de Apoio às CTs: formada pelas Sras. Tainá Lima de Moura e Rebeca Silva como assessoras técnicas, o Sr. Allan Campos e a Sra. Aline Sebuske como analistas técnicos; e a Sra. Luclecia Soares e o Sr. Diego Soares na posição de assistentes administrativos. Houve um questionamento em relação ao funcionamento da eleição para escolha do novo secretário executivo, sendo brevemente esclarecido pela Sras. Rebeca Silva e Kátia Gotardi. Destaca-se que a Deliberação dos Comitês PCJ nº [109/11](#), de 31/03/2011, define a composição da Diretoria Colegiada dos Comitês PCJ, envolvendo os cargos das Diretorias do CBH-PCJ, do PCJ FEDERAL e do CBH-PJ1; **c) Curso de Especialização em Gerenciamento de Recursos Hídricos:** a Sra. Rebeca informou que está aberto o período de indicação dos membros das Câmaras Técnicas

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-EA: CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL
Ata da 122ª Reunião Ordinária da CT-EA – 06/12/2023- 09:30 horas
Instituto IPÊ – Nazaré Paulista/SP

para o curso de pós-graduação em Gerenciamento de Recursos Hídricos, promovido pela Fundação Municipal de Ensino de Piracicaba (FUMEP) subsidiado pelos Comitês PCJ, com início em março/2024 e duração de quatro semestres. O fomento, a capacitação e a promoção de cursos de pós-graduação está previsto no Plano de Capacitação dos Comitês PCJ 2022-2025, aprovado pela Deliberação dos Comitês PCJ [nº 400/21](#), de 10/12/2021. Foi reforçado que termina em 15/12/2023 o prazo para o envio da ficha de cadastro já divulgada previamente. **d) Custeio de despesas de viagem aos membros dos Comitês PCJ:** Para este informe, a Sra. Rebeca destacou apenas que o registro de imagem da lista de presença da reunião é de responsabilidade do representante custeado e que solicitações e informações devem ser remetidas ao setor de Custeio da Agência das Bacias PCJ: custeio@comites.baciaspcj.org.br ou (19) 3437-2100 opção 2. As deliberações com as regras específicas para solicitação do custeio, bem como os modelos de documentos para envio, estão disponíveis no *site* dos Comitês PCJ neste [link](#); **d) Próxima reunião dos Comitês PCJ:** A Sra. Rebeca informou sobre a próxima reunião agendada da Plenária dos Comitês PCJ, cuja a participação não é obrigatória para quem não for membro dos plenários dos Comitês PCJ, ficando o convite aberto aos que queiram participar como ouvinte, sendo: 30ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ (CBH-PCJ, PCJ FEDERAL e CBH-PJ1), no dia 07/12/23 às 9h30, na cidade de Jaguariúna/SP; **e) Próximas reuniões da CT-EA:** Em seguida, foi apresentado um calendário com as próximas Reuniões Ordinárias da CT-EA. **11. Outros Assuntos:** A Sra. Ana Lúcia questionou os membros sobre outros assuntos, não sendo solicitado por nenhum membro. **12. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a Sra. Ana Lúcia Floriano Rosa Vieira, coordenadora da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas (CT-AS), agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião.

Adriana Sacioto Marcantonio
Coordenadora-adjunta da CT-EA

Ana Lúcia Floriano Rosa Vieira
Coordenadora da CT-EA